

## **Ciência, natureza e território em *Viagem ao Araguaia*: expedições científicas e exploração do Império do Brasil no século XIX**

LUIZ C. BORGES\*

Analisar o legado científico de Couto de Magalhães exige que o façamos à luz do contexto no qual ele produziu suas obras e no qual essas foram recebidas, entendidas e apropriadas. O que melhor caracteriza o tempo de Couto de Magalhães é uma cultura científica baseada na ilustração, por uma atitude pós-romântica e por uma ideologia de progresso. Esse conjunto racionalizava e justificava um projeto civilizatório de construção da nacionalidade, ao mesmo tempo em que era sustentado por essa vertente sócio-política dominante. É neste contexto que se processa o esforço com vistas à integração territorial e populacional do Império, especialmente no que tange à sustentabilidade econômica e o alavancamento do país à condição de nação civilizada.

No século XIX, a exploração da natureza, a interiorização e a formação do Brasil aliavam-se à importância do conhecimento e da ampliação do território, e ambos se juntavam a um investimento imperial visando institucionalizar o campo da ciência. Segundo Heloisa Domingues, no século XIX, marcado pelo romantismo e pelo naturalismo, a natureza é exaltada ao mesmo tempo em que é objeto de investigação científica, isto é, a natureza é simultaneamente objetivada e ideologizada, tendo-se tornado “emblema da nação e as viagens, com a finalidade de exploração científica, inseriram-se no contexto político de conquista do território.” As viagens significaram descobrimento de novos lugares a explorar, transformando-se em marcos de processos de colonização (DOMINGUES, 2001: 55).

Nesse sentido, as viagens realizadas por Couto de Magalhães tinham o cunho de observação, exploração e conquista de novos territórios e suas obras, que relatam todo o percurso e seus principais apontamentos sobre o território explorado, inserem-se nesse contexto. *Viagem ao Araguaia*, cuja primeira edição data de 1863, quando Couto de Magalhães era presidente da província de Goiás e tinha 24 anos, contém uma seção – a primeira – com o título “Considerações administrativas sobre o futuro de Goiás”, e nela o estadista demonstra suas percepções e olhares acerca da região e da natureza que vai descrever.

---

\* Pesquisador do Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST). Doutor em Linguística (UNICAMP)

A visão do observador une a administração da província ao enfoque econômico e, assim, enseja desenvolver um projeto de submeter o território longínquo do Império do Brasil ao desenvolvimento não apenas mercantil, mas igualmente civilizatório. Para esse projeto, Couto de Magalhães acredita que a capital da província não consegue mobilizar essas ações, e por isso, defende a transferência da capital para a cidade de Leopoldina, no interior da província, que poderia aproveitar a abertura de mercados propiciada pela navegação (MAIA, 2007).

A importância das ciências naturais, nesse processo, decorria do fato das viagens serem o meio de efetivar o progresso civilizador e também o meio de (neo)colonizar. O que sobressai acerca do investimento no aparelhamento científico, no contexto brasileiro do Segundo Império, é o fato de que o conhecimento estava a serviço de um projeto mais amplo de ocupação territorial, desenvolvimento e civilização.

Tratava-se de, através de um conjunto de ações político-administrativas, fundar/institucionalizar uma ciência nacional (AZEVEDO, 1994; VARELA, 2006). O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) é um exemplo desse sistema, pois desempenha um relevante papel na construção de uma história do Brasil e, por conseguinte, no estabelecimento, em bases científicas, nos marcos do iluminismo, de uma unidade/identidade nacional. Daí a afirmação de Domingues para quem, no século XIX, “as ciências naturais, através da botânica, da zoologia, da astronomia e da etnografia (pois o conhecimento dos povos do interior era condição para alargar as fronteiras), deram suporte e se desenvolveram inseridas no processo político de consolidação e afirmação do estado-nação brasileiro...” (DOMINGUES, 2001: 57).

Estudar, explorar, conhecer não apenas a terra e seus recursos (minerais, hídricos, vegetais e faunísticos), mas principalmente, conhecer os seus habitantes (seus costumes, línguas, história, suas potencialidades) contribuía para a integração e construção do projeto do Estado nacional. Na concepção político-científica de Couto de Magalhães, as viagens e expedições científicas serviam de base para todas essas questões e também diziam respeito à nova condição que as populações indígenas deveriam assumir nesse novo projeto de nação (MAGALHÃES, 1863).

O progresso (cultural, econômico, social e científico), tido como um bem comum, uma espécie de lei universal, constituía o suporte da formação histórico-ideológica em que se embasava o projeto civilizador de Couto de Magalhães. É

constituindo esse projeto tendo por base a oposição entre atraso/barbárie e progresso/civilização — aquele como ponto de partida e o segundo como meta a ser alcançada — que o estadista-explorador encara a questão indígena brasileira, entendendo que o avanço/progresso brasileiro não pode prescindir dessas populações, seja porque é dever do estado retirá-las do estado de barbárie, seja porque, uma vez integradas ao processo de construção de uma nação civilizada, caberá a elas um papel importante, especialmente no que tange à expansão, à integração e à defesa dos territórios ainda selvagens.

Neste sentido, é particularmente relevante o papel “desbravador” de Couto de Magalhães, no seu afã de integrar a esse projeto grande parte do território imperial e uma parcela da população ao significado político e estratégico do termo nacional que se referia no discurso e no contexto geopolítico da época, apenas a uma porção ínfima do Brasil: o litoral. No imaginário político do Império, essa definição de nacional contrapunha-se a de local (que, em termos gerais, se referia às demais regiões do Brasil). A proposta de Couto de Magalhães, por outro lado, consiste justamente em, através da integração geográfica e étnica, superar essa dualidade como forma — a mais eficiente, em sua opinião — de civilizar e trazer progresso para o Brasil.

Seus objetivos de viagem são a exploração do interior da província que governa, e desse modo, aproveitar as características típicas do local, como a navegação dos rios e o interesse pelas populações nativas. Os relatos e impressões sobre os costumes, a natureza e o território permeiam os escritos de Couto de Magalhães e também com o espírito empreendedor do general. Desse modo, o autor enumera as principais medidas que devem ser tomadas e fundamentais para o desenvolvimento do Araguaia (MAGALHÃES, 1863)

Deve-se notar também que a contradição que se observa no século XIX é que, na sociedade imperial patrocinadora de obras científicas e ficcionais, o índio tem um papel de destaque como lenda viva, como elemento indispensável para compor um quadro histórico no qual essa sociedade encontraria suas referências heróico-míticas. Todavia, no presente social, cultural e econômico dessa mesma sociedade, o índio em estado tribal e, portanto, real e perturbador, não dispunha de um lugar, a não ser como ausência. A sociedade brasileira refletia essa contradição agônica de sua gênese: o índio era essencial para configurar o seu passado, legitimar a sua nacionalidade, logo, a sua

existência, enquanto sociedade, vinculava-se à existência desse constituinte indígena; mas, ao mesmo tempo, era rejeitado como componente social e cultural da identidade e na formação da civilização nacional.

Este também é um interesse de Couto de Magalhães: o estudo das populações indígenas e de que derivam as suas propostas. A valorização das populações indígenas, incluindo sua organização social, seus costumes e suas línguas, ao lado de suas características físicas, nas obras de Couto de Magalhães, está inextricavelmente associada a uma perspectiva pragmática e geopolítica da utilização do braço indígena para a ocupação e manutenção de vasta porção do território nacional, para o que, segundo Couto de Magalhães, apenas esses povos encontravam-se naturalmente habilitados, pois, os índios encontram-se melhor adaptados às condições geoclimáticas dos sertões do que os brancos, de forma que “o branco no meio das florestas (...) é tão miserável quanto o *tapuio* em nossas cidades com seu arco e flecha” (MAGALHÃES, 1975: 69).

José Vieira Couto de Magalhães foi um misto de estadista, homem público, escritor, explorador e cientista e, como tal, insere-se no perfil dos naturalistas e viajantes do Século XIX. Nascido em Diamantina-MG em 1837, morreu no Rio de Janeiro a 1898. Estudou matemática na Academia Militar do Rio de Janeiro, frequentou o curso de Artilharia de Campanha, em Londres; bacharelou-se na Faculdade de Direito de São Paulo em 1859 e doutorou-se em 1860, na mesma faculdade. Como homem público, destacou-se como Conselheiro de Estado; Deputado Geral por Goiás e Mato Grosso; Secretário de Governo de Minas Gerais (1860-1861); Presidente das Províncias de Goiás (1861-1864), Pará (1865-1866), Mato Grosso (1866-1868) e São Paulo (1869); Presidente do Clube dos Oficiais Honorários do Exército e Diretor do Banco de São Paulo. Era, de fato, um homem ilustrado que falava várias línguas (francês, italiano, inglês, alemão e tupi), sendo considerado o fundador dos estudos folclóricos no Brasil e tendo fundado o primeiro observatório astronômico de São Paulo, em sua chácara às margens do Tietê.

Destacou-se na Guerra do Paraguai, nas batalhas de Corumbá e Alegre, quando conseguiu repelir a invasão de tropas paraguaias naquela região. Por sua ação militar nesta guerra, recebeu o título de Brigadeiro-Honorário do Exército. Dirigiu a navegação fluvial pelo rio Araguaia e, mais tarde, organizou e dirigiu a Companhia do Araguaia.

Com o objetivo de promover o desenvolvimento econômico através da exploração fluvial, projetou ligar as bacias do Prata e do Amazonas, demonstrando já uma visão geopolítica que visava, de uma só vez, a integração territorial do Brasil, a salvaguarda desse território e a sua inclusão econômica no processo produtivo brasileiro.

Couto de Magalhães transitou entre funções administrativas e empresariais. Sua obsessão pela racionalização econômica dos territórios instáveis de Goiás traduziu-se em um forte empreendedorismo. Em 1880, Couto já era um próspero empresário, e morava temporariamente em Londres. Tendo fundado a Empresa de Navegação a Vapor do Rio Araguaia, em 1868, envolveu-se na exploração da concessão da estrada de ferro sul-mineira (Cruzeiro-Três Corações). Para tanto, associou-se a operadores ingleses (The Waring Brothers) e empreendeu operações arriscadas, emitindo ações a descoberto, com vistas a levantar capital de um milhão de libras (MAIA, 2007).

Como explorador, excursiona pelo rio Araguaia (1863) de onde recolhe farto material para seus estudos. Na condição de estadista, não deixa de realizar explorações de reconhecimento territorial e de observação da composição étnica, bem como das possibilidades econômicas de áreas então marginais. Dessas observações nascem as suas propostas de integração e exploração do trabalho indígena, além de sua obras de caráter histórico e antropológico. Suas obras são: Os Guaicurus ou a Fundação de São Paulo; A Revolta de Felipe dos Santos em 1720; Viagem ao Araguaia (1863); Anchieta e as Línguas Indígenas; O Selvagem (1876); Teses e Dissertações (1860); Dezoito Mil Milhas do Interior do Brasil (1872) e Ensaio de Antropologia (1874). Significativamente, retira-se da vida pública logo após a proclamação da República, ocasião em que foi preso e logo depois liberado como reconhecimento à sua contribuição na exploração do interior do Brasil e também devido a sua erudição.

Uma de suas obras, O Selvagem, à semelhança de outras produzidas no Século XIX, teve os auspícios do Imperador D. Pedro II, que a encomendou a Couto de Magalhães especialmente para figurar na biblioteca americana da Exposição Universal da Filadélfia, em 1876, por ocasião das comemorações do centenário da independência americana. Para ele, a língua é o principal instrumento de preservação da história da humanidade por isso ele destaca a sua importância na conquista pacífica dos indígenas. Além desta conquista lingüística ela destaca a importância da junção do sangue branco como o do indígena para o desenvolvimento da nação. Uma vez que através desta

junção consanguínea o europeu desenvolveria uma resistência genética ao micro-clima tropical do Brasil. No entanto, no processo de dominação lingüístico dos indígenas, Couto de Magalhães destaca que, por falta de tempo no processo de assimilação da língua indígena por parte dos brasileiros, esta conquista se daria através da figura do intérprete que seria introduzido ainda criança na cultura lingüística brasileira, mas sem deixar de lado a sua cultura indígena.

Na obra *Viagem ao Araguaia*, as diversas áreas do Araguaia são relatadas e analisadas mediante a abordagem dos espaços físicos e estruturais do território. Ao analisar o contexto histórico em que esta obra foi produzida, destaca-se o processo de construção da identidade nacional tendo como um dos seus alicerces o da figura do indígena. Outros viajantes, que tinham enveredado por território tão distante do centro do Império, já tinham caracterizado esse espaço como cenário de uma tensão latente entre o centro do Império do Brasil com o interior do mesmo. O tema das viagens pelo território brasileiro era questão central na obra de Couto, um homem do poder e das letras (MAIA, 2007). Para Knight (2001), em estudo sobre o afluxo de estrangeiros no século XIX, os viajantes que percorrem o território do Brasil no século XIX eram diferentes dos viajantes do período colonial, pois eram motivados pela confirmação de importantes teorias científicas que corriam a Europa e que poderiam ser comprovadas no Brasil (KURY, 2001; PRATT, 1999).

Para além da busca de comprovação dessas teorias científicas, havia também o interesse pela coleta de informações acerca da natureza tropical, notadamente da flora e fauna brasileiras. Por esses objetivos centrais – e outros adjacentes –, as inúmeras expedições produziram um repertório de imagens, relatos e arquivos sobre o território e população nacional. A combinação entre viagens, colecionismo e populações nativas permeava os escritos de Couto de Magalhães, e a viagem ao Araguaia favoreceu o arsenal simbólico o autor, amplamente mobilizado pela modernização e pela constituição do Império nacional.

Nota-se também que as viagens e as andanças pelo interior do país também faziam parte das atividades comuns na rotina dos administradores locais, sujeitos a constantes deslocamentos pelas mais diversas regiões do Brasil; sendo também específicas dos presidentes provinciais, como foi o caso de Couto de Magalhães. Coadunados com os objetivos administrativos da viagem, estão os relatos e as

impressões da expedição. Ao explorar as possibilidades de navegação do rio Araguaia, propor mudanças das populações locais e abrir as estradas do interior da província, Couto de Magalhães apresenta um empreendimento que pode ser considerado como racionalizador da administração dos territórios nacionais. Tal afirmação tem como base a organização adequada dos espaços longínquos do Império.

O relato inicia-se às margens do rio Manoel Alves, a 66 quilômetros de Goiás. O rio é batizado com o nome do negro Manoel Alves. Quando a comitiva que o acompanha atinge uma das vertentes do rio Ferreiro, o jovem governador anota: “na luta que o homem trava contra a natureza e o deserto, parece que, em Goiás, tem este último vencido o esforço do homem” (MAGALHÃES, 1863). É ao descrever as margens do rio Ferreiro, aliás, que o autor apresenta um de seus principais recursos narrativos, que visa justamente a construir um fio histórico que dê sentido a uma civilização edificada sobre um “deserto” que teima em destruir os esforços administrativos do poder central (MAIA, 2007).

Couto de Magalhães, ao propor uma caracterização histórico-antropológica da população brasileira, intenta produzir uma explicação racional para o estado cultural em que essa população se encontra. A partir desse diagnóstico, argumenta a favor de um processo civilizatório baseado em uma cientificidade ao molde dos naturalistas. Ao discutir o homem americano, dá mais ênfase às questões relacionadas ao povoamento do Brasil, ainda que discuta acerca do aparecimento do homem e dos tipos humanos. Trata-se possivelmente de uma escolha metodológica, considerando-se que: (a) no século XIX havia inúmeras teorias que explicavam o aparecimento do homem (cf. OLIVEIRA, 1983), e (b) o seu conhecimento da produção científica da época sobre o assunto. Resumidamente, podemos dizer que nas teorias de Couto de Magalhães acerca do homem americano expressava-se um determinismo ambiental, como se evidencia em sua justificativa da superioridade do índio para certos trabalhos e sobrevivência devido à sua adaptação ao meio ambiente.

A preocupação com o rigor científico (expressa pelas citações que faz ao longo da obra, apoiando suas hipóteses em bibliografia bastante atualizada); com a objetividade do método e da análise (claro, por exemplo, em vários momentos nos quais o autor dialoga criticamente com uma grande parte da produção científica, não só da época, como também com fontes documentais); bem como a forma sistemática,

moderna, progressista e controlada de fragmentar e distribuir, como uma dissecação, parecem apontar para uma filiação filosófica e científica do autor a um certo positivismo, embora ele mesmo não o declare, e um evolucionismo de corte determinista.

Entre tantas questões que estavam em pauta na segunda metade do século XIX no Brasil Imperial, como a construção de uma identidade nacional e as discussões raciais e políticas do período - o próprio cientificismo naturalizante -, a figura de Couto de Magalhães se apresenta como um ator ativo dessas discussões e problemáticas. Em sua obra, identificamos os principais escritos científicos do período, suas afinidades e também suas discordâncias. As idéias evolucionistas que marcaram a época de Couto de Magalhães encontram-se presentes em sua obra, nas quais constamos também influências dos letrados do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) – em grande parte, eles também com fortes ligações com o governo imperial (MACHADO, 1998, 2000).

As questões relacionadas à implementação da modernização do país, como a navegação e o que consideramos infra-estrutura, também foi discutido por Couto de Magalhães, no sentido de efetivar o desenvolvimento e levar o progresso às áreas mais longínquas. Importa destacar que a obra de Couto de Magalhães dialogava com uma questão central para os homens de ciência do século XIX: o cruzamento das “raças” e o fenômeno da mestiçagem (SCHWARTZ, 1998).

O que também deve ser destacado é que a obra do general Couto de Magalhães deve ser situada no bojo das discussões que fundavam os projetos da recente nação brasileira, na segunda metade do século XIX. Nesse sentido, o IHGB teve papel primordial, pois, através de sua revista, e das memórias e diversos ensaios publicados pelos sócios desse Instituto, fazia-se cumprir a meta de se construir a história nacional. Couto de Magalhães era sócio correspondente do IHGB e sua obra passou a representar uma das vertentes da construção da identidade nacional, através da discussão dos aspectos da linguagem, dos projetos de catequese e civilização dos índios no século XIX (HENRIQUE, 2003).

No IHGB, o intenso debate acerca dos povos indígenas ocupou o maior espaço da Revista do Instituto, ao lado de temas também relevantes, como as viagens, as explorações científicas e a história regional (GUIMARÃES, 1988; KODAMA, 2005,



2009). Coadunado com o debate científico, Couto de Magalhães reconhecia, em sua obra, a funcionalidade da mão-de-obra indígena para a consolidação do território Imperial. Para o projeto de escrita da história nacional, parte dos letrados do IHGB optaram e elegeram o índio como o representante dessa nacionalidade. Esses homens de letras e de ciências, como a figura de Couto de Magalhães bem representa, estavam intrinsecamente ligados ao IHGB e também a Dom Pedro II (SCHWARTZ, 1998). A situação e posição, tanto política, social e científica desses ilustrados, serve bem para caracterizá-los como intelectuais à sombra do poder (BORDIEU, 2003; COUTINHO, 2000; VARELA, 2006). Ao percorrer a região do Araguaia, Couto de Magalhães realiza uma importante expedição científica, pois consegue aliar o desenvolvimento da ciência às necessidades estruturais dos territórios longínquos do Império do Brasil no século XIX.

## Referências

- AZEVEDO, Fernando de. Introdução. In. AZEVEDO, Fernando de (Org.). *As ciências no Brasil*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1994. p. 13-53.
- BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 2003.
- COUTINHO, Carlos Nelson. *Cultura e sociedade no Brasil*. Ensaio sobre idéias e formas. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.
- DOMINGUES, Heloisa Bertol. Viagens científicas: descobrimento e colonização no Brasil no século XIX. In. HEIZER, Alda; VIDEIRA, Antonio Augusto Passos. *Ciência, civilização e império nos trópicos*. Rio de Janeiro: Access, 2001. p. 55-75.
- GUIMARÃES, Manoel Salgado. Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e projeto de uma história nacional. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, n.1, 1988.
- HENRIQUE, Márcio Couto. *O general e os tapuios: linguagem, raça e mestiçagem em Couto de Magalhães (1864-1876)*. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade Federal do Pará, 2003.
- KNIGHT, David M. Travel and science in Brazil. In: *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*. Vol. XVIII (suplemento), 2001. p. 809-882.
- KODAMA, KAORI. *Os filhos das brenhas e o Império do Brasil: a etnografia no Instituto Histórico e Geográfico do Brasil (1840-1860)*. Rio de Janeiro: PUC – Departamento de História, 2005. Tese (Doutorado).
- \_\_\_\_\_. *Os Índios no Império do Brasil: a etnografia do IHGB nas décadas de 1840 e 1860*. São Paulo: Edusp, 2009.

KURI, Lorelai. Viajantes-naturalistas no Brasil oitocentista: experiência, relato e imagem. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, v. VIII (suplemento), 2001. p. 863-880.

MACHADO, Maria Helena P. T. Um mitógrafo no Império: a construção dos mitos da história nacionalista do século XIX. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 14, n. 25, p. 63-80, 2000.

\_\_\_\_\_. Introdução. In: COUTO DE MAGALHÃES, J.V. *Diário Íntimo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

MAGALHÃES, José Vieira Couto de. *Viagem ao Araguaia*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1863.

MAGALHÃES, Couto de. *O selvagem*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1975.

MAIA, João Marcelo Ehlert. Governadores de ruínas: os relatos de viagens de Couto de Magalhães e Leite Moraes. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, n° 40, julho-dezembro de 2007, p. 3-23.

OLIVEIRA, Adélia Engrácia de. Ocupação humana. In: SALATI, Eneas. et al. *Amazônia*. Desenvolvimento, integração, ecologia. São Paulo: Brasiliense; Brasília: CNPq, 1983. p. 144-327.

PRATT, Mary Louise. *Os olhos do império: relatos de viagens e transculturação*. São Paulo: Edusc, 1999.

SCWARTZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

\_\_\_\_\_. *As Barbas do Imperador: Dom Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

VARELA, Alexandre Gonçalves. “*Juro-lhe pela honra de bom vassalo e bom português*”. Análise das memórias científicas de José Bonifácio de Andrada e Silva (1780-1819). São Paulo: Annablume, 2006.